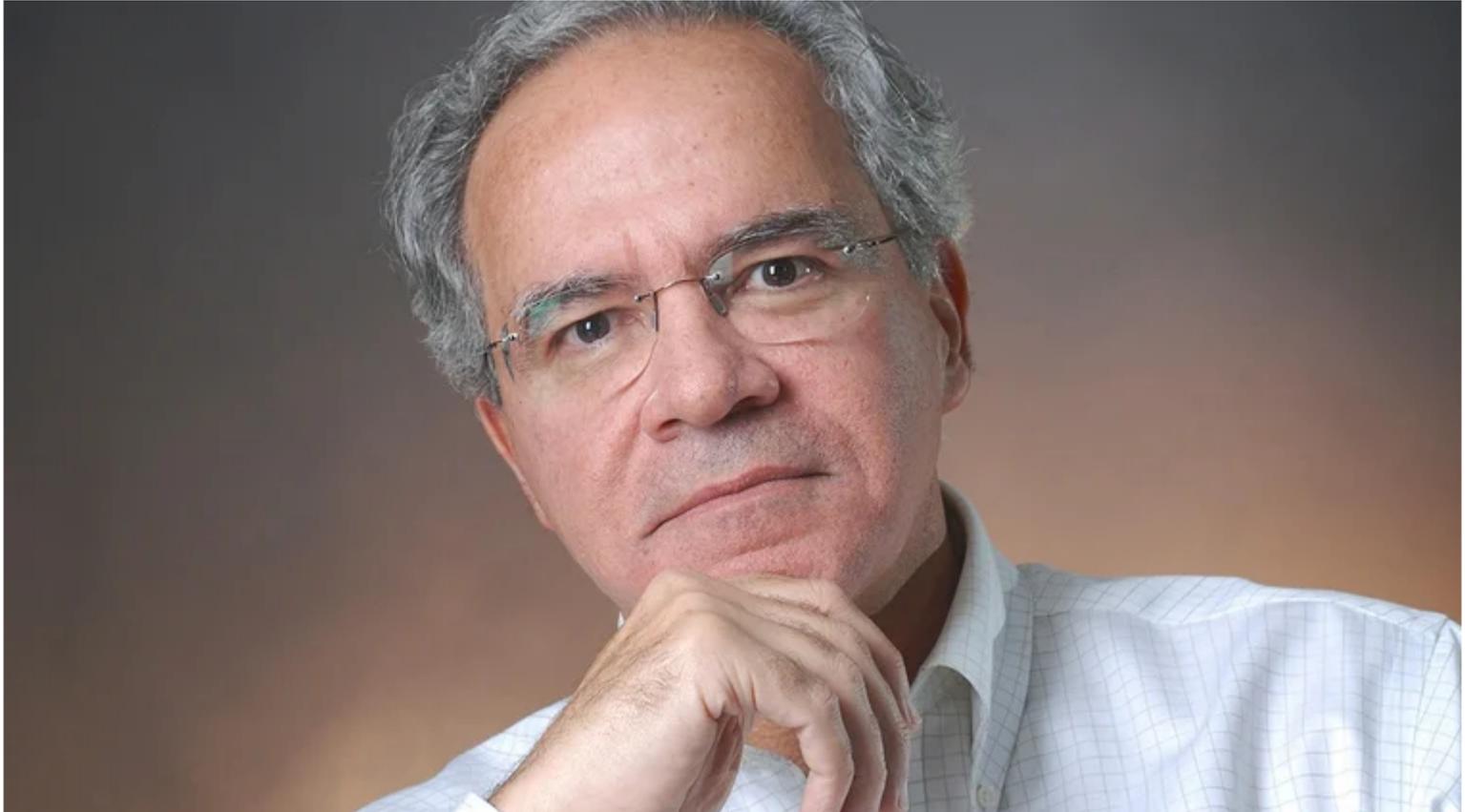




RUSGAS – Indicação antecipada de Paulão ao Senado gera crise no PT de Alagoas antes da eleição interna

MACEIÓ, 27/06 A 04/07 DE 2025 - ANO IV - EDIÇÃO 207 - R\$ 3,00
REDEREPORTER.COM.BR

CASO PINHEIRO – Compra da Braskem por Nelson Tanure depende de acordo sobre compensações em Maceió



NOVO PREFEITO?

Paulo Dantas mira 2028 e mantém compromisso com Renan Filho para sucessão ao governo



RUMO À PRESIDÊNCIA

Renan Filho volta a ser cogitado como possível vice de Lula em 2026, aponta jornalista



GOLPE À VISTA

Alagoas registra quase 39 mil tentativas de fraude no 1º trimestre de 2025

Estado	Tentativas de Fraude Evitadas	Frequência (minutos)	Participação Nacional (%)	Variação Anual
AL	38.090	0,8	1,1%	23,9
BA	184.083	0,7	5,3%	24,1
CE	329.436	1,0	3,7%	24,8
MA	69.142	1,8	2,0%	25,8
PB	48.250	2,6	1,6%	25,9
PE	120.077	1,0	3,5%	22,7
PI	38.907	3,6	1,0%	24,9
RN	50.861	2,5	1,5%	24,7
SE	27.926	4,6	0,8%	23,9

Fonte: Sistema Especial

FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



VEREADOR ATUANTE

O vereador Douglas Costa, do município de Rio Largo, vem se destacando no meio político e junto à sociedade riolarguense. Sua atuação na Câmara Municipal tem sido marcada por indicações e projetos que visam, continuamente, a melhoria do município e o bem-estar da população.

A SAGA CONTINUA

Uma análise técnica independente, baseada em dados da Defesa Civil de Maceió, revela que cerca de 80% do bairro Bom Parto apresenta níveis críticos de afundamento do solo. O levantamento aponta que diversas áreas já deveriam ter sido classificadas no grau máximo de criticidade desde dezembro de 2024, o que exigiria a imediata realocação dos moradores.

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

O Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas voltou a cobrar da Prefeitura de Maceió ações concretas para o cumprimento da sentença que determina o ordenamento da orla marítima da capital. A decisão, transitada em julgado em 2018, é fruto de uma ação civil pública ajuizada pelo MPF em 2010 e impõe ao Município uma série de obrigações para garantir a proteção ambiental e a organização do espaço público.

CARGA APREENDIDA

Uma operação integrada das forças de segurança resultou na autuação de um comerciante em R\$ 103 mil, após o flagrante de transporte irregular de uma carga de frango congelado. A apreensão ocorreu no Conjunto Graciliano Ramos, localizado no bairro Cidade Universitária, parte alta de Maceió.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



FIGURAS NOTÁVEIS

Não somos os donos das soluções perfeitas, mas tentemos que devemos tentar as soluções que julgamos válidas - Frase do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Professor Jayme Lustosa de Altavila. Nascido em Maceió no dia 17 de setembro de 1934. Bacharelou-se em Direito (1957), Biblioteconomia no Rio de Janeiro (1963), Bolsista do Departamento de Saúde dos Estados Unidos (1970), fez Curso de Planejamento, Programação e Orçamento (1971), Curso Superior de Guerra, Rio de Janeiro (1978), Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra (1983).

Nas suas relevantes atividades públicas, foi Assistente Geral do Departamento Estadual de Cultura (1958), Diretor Técnico da Biblioteca Pública Estadual de Alagoas (1963-1966), Diretor Geral da Rádio Difusora de Alagoas (1965), Chefe da Divisão de Educação para o Trabalho - LBA - (1967-1968), Diretor Estadual da Fundação Legião Brasileira de Assistência (1968-1979), Secretário da Educação e

Cultura do Estado de Alagoas (1972-1975), Superintendente Adjunto das Direção Nacional (1978-1979), além de Assessor Jurídico, Telecomunicações (1979-1983), Presidente da COHAB (1982-1983), Membro do Conselho Estadual de Educação desde 1995, Secretário de Cultura do Estado de Alagoas (1998) e Vice-Presidente do CESMAC prestando relevantes serviços.

Recipendiário de Diplomas e Medalhas, a saber: Diploma de Colaborador do Projeto Rondon, Ministério do Interior (1970), Diploma de Honra ao Mérito - Mobral (1972-1973), Diploma de Honra e Medalha em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Alagoas (1972), Diploma e Medalha José Plácido de Castro, Libertador do Acre (1972), Medalhão Alberto Santos Dumont (1973), Medalha de Honra ao Mérito - Projeto Minerva (1974).

Foi Cidadão Honorário dos Municípios: Anadia, Arapiraca, Batalha, Barra de São Miguel, Capela, Cajueiro, Coruripe, Joaquim Gomes, Messias, Palmeira

dos Índios, Paulo Jacinto, Piaçabucu, Porto Real do Colégio, Rio Largo, Santana do Ipanema.

Mestre Jayme Lustosa de Altavila é, por excelência, homem público erudito a serviço do Estado de Alagoas como um todo. Aliás, escreveu: Alagoas é viável! Teve e tem um passado que merece respeito e consideração de todos. Falada, comentada, criticada, mas ninguém pode negar que foi desta terra que partiram vultos que construíram essa Nação.

Nesse sentido, assinalo àqueles que edificaram Alagoas com suas Inteligências invejáveis. Destaco, Pontes de Miranda, maior Tradadista da América Latina, Graciliano Ramos, nascido em Quebrangulo, escreveu romances nacionais: Vidas Secas, Angústia e outros livros memoráveis. A série Figuras Notáveis acrescenta, com prazer, Jayme Lustosa de Altavila.



Alagoas destina mais de R\$ 25 milhões à cultura com recursos da Lei Aldir Blanc

O estado de Alagoas destinou mais de R\$ 25,8 milhões para ações culturais por meio da Lei Aldir Blanc, de acordo com os dados do primeiro ciclo do Plano de Ação. Outros R\$ 2,6 milhões estão previstos para investimentos em Pontos de Cultura, enquanto R\$ 2,1 milhões devem ser utilizados na manutenção de espaços e organizações culturais. Já os Pontões de Cultura receberão R\$ 676 mil.

Na capital, Maceió, a execução dos recursos ainda é tímida. Dos R\$ 6,99 milhões recebidos, apenas R\$ 349,7 mil foram aplicados até agora — o equivalente a 5% do total.

Os dados reforçam a necessidade de maior agilidade na implementação das ações culturais no município.

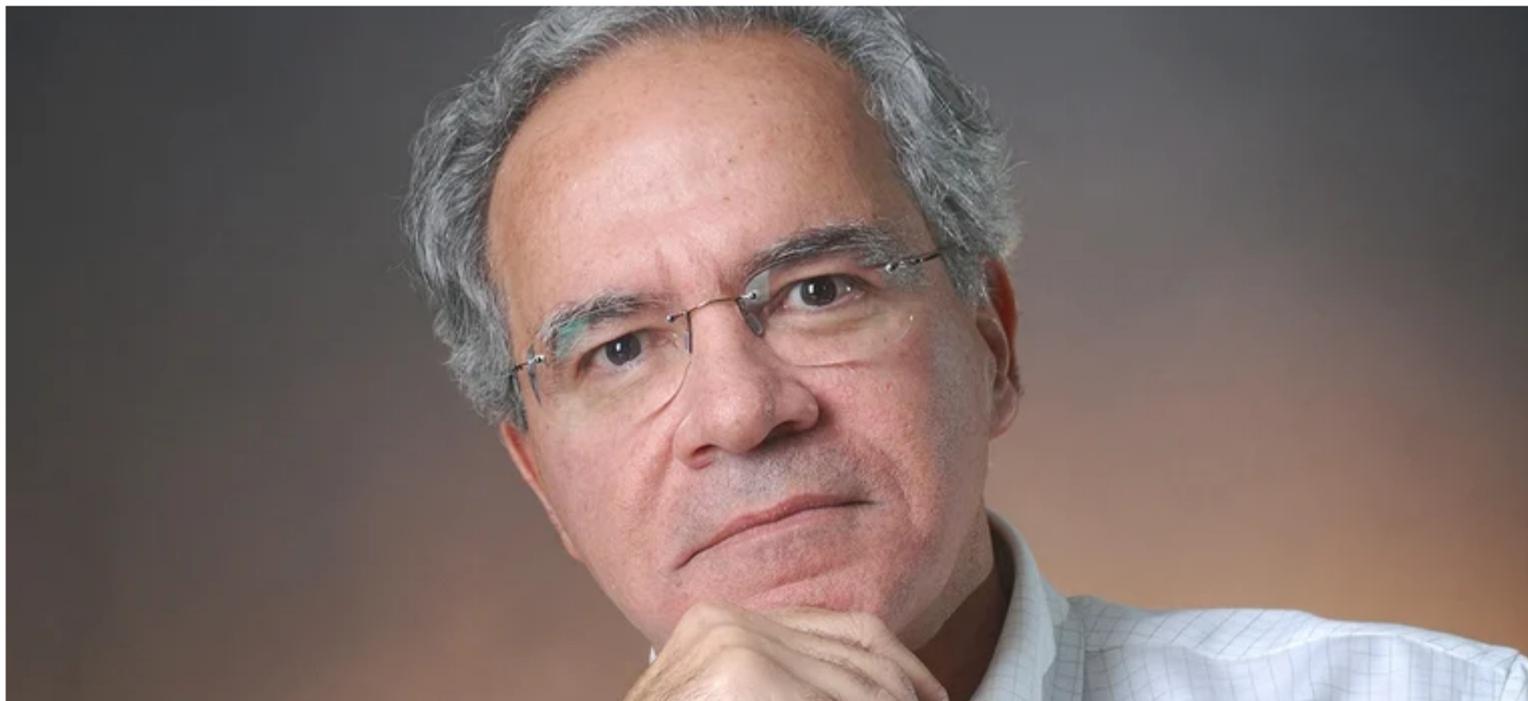
Um dos projetos contemplados em Alagoas é o roteiro do documentário "Caroá: Fibra Ancestral, Resistência e Futuro", que aborda o extrativismo do caroá na comunidade indígena Jiripankó. O projeto inclui entrevistas com lideranças e moradores da comunidade, além de oficinas culturais, visita técnica à Chesf e o plantio de 500 mudas da planta como ação de reflorestamento.

Em nível nacional, R\$ 1,81 bilhão já foi executado do

total de R\$ 3 bilhões disponíveis para o primeiro ciclo da Lei Aldir Blanc, o que corresponde a 60,41%. Os municípios utilizaram R\$ 954 milhões dos R\$ 1,49 bilhão recebidos, enquanto os estados aplicaram R\$ 858 milhões dos R\$ 1,51 bilhão.

Entre as regiões, o Sul lidera a execução proporcional dos recursos, com 72,37% utilizados. Em seguida aparecem o Sudeste (61,05%), Norte (60,29%), Nordeste (56,80%) e Centro-Oeste (50,25%). Esses números mostram diferenças no ritmo de implementação das políticas culturais pelo país.

CASO PINHEIRO

Compra da Braskem por Nelson Tanure depende de acordo sobre compensações em Maceió

O empresário Nelson Tanure condicionou a apresentação de uma proposta vinculante para aquisição da Braskem à formalização de um acordo definitivo sobre as compensações devidas pela mineradora em razão do colapso do solo que atingiu cinco bairros de Maceió. O episódio, considerado um dos maiores desastres ambientais urbanos do país, já levou a empresa a desembolsar cerca de R\$ 13 bilhões e a provisionar outros R\$ 5 bilhões para reparação dos danos.

Para embasar sua decisão, Tanure iniciou uma tomada de preços para contratar uma consultoria especializada em eventos geológicos e socioambientais. A equipe técnica

será responsável por assessorá-lo nas questões relacionadas ao afundamento do solo, fenômeno causado pela extração de sal-gema nas áreas afetadas.

Embora a Braskem tenha firmado acordos com autoridades e entidades civis, com respaldo do Judiciário, a Defensoria Pública do Estado de Alagoas ingressou com uma nova ação civil pública pedindo a revisão dos valores pagos às vítimas e às comunidades desalojadas.

Em paralelo, os assessores de Tanure já iniciaram uma auditoria (due diligence) na NSP Investimentos, holding da Novonor (ex-Odebrecht), que possui 38,32% do capital total e 50,11% das ações

ordinárias da Braskem. Essa participação está sob controle de cinco bancos credores da antiga Odebrecht, como garantia de dívidas avaliadas em R\$ 15 bilhões.

Segundo fontes próximas à negociação, há um acordo de confidencialidade entre Tanure e a Novonor que prevê a realização de uma futura auditoria diretamente na Braskem, com previsão de início entre agosto e setembro.

Para conduzir as negociações com os bancos credores e com a Petrobras — que é a segunda maior acionista da Braskem —, Tanure contratou o banco francês Rothschild. A atuação da instituição está, por ora, limitada à negociação da compra e não abrange eventuais

discussões sobre reestruturação das dívidas da petroquímica, que poderão ocorrer em uma fase posterior, caso o negócio seja concretizado.

Enquanto isso, a Braskem foca em ações para geração de caixa no curto prazo. A estratégia da empresa inclui a substituição gradual da matriz energética para o gás natural, investimentos em petroquímicos de origem renovável e a busca por maior competitividade no mercado. A renegociação dos bônus emitidos pela companhia, porém, ainda não está na pauta, segundo fontes do setor. As informações são do jornal *Valor Econômico*.

CASO PINHEIRO

TJ determina que Braskem prove não ser responsável por danos a morador

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu uma importante decisão contra a mineradora Braskem ao determinar que a empresa deve provar que não é responsável pelos danos causados ao imóvel do morador Nilvan Tavares Saviano, residente na chamada "área de borda" próxima às zonas de risco em Maceió. A decisão, assinada pela ministra

Nancy Andrighi, reforça a possibilidade de moradores fora das áreas oficialmente delimitadas como risco buscarem reparação por prejuízos decorrentes da mineração predatória.

Nilvan Saviano acionou a Justiça alegando perdas materiais e danos morais causados pela desvalorização do seu imóvel em função do desastre ambiental provocado pela extração de sal-gema pela Braskem. Ele solicitou a inversão do ônus da prova, alegando desigualdade técnica e financeira frente à empresa. O pedido foi aceito, o que motivou recurso da mineradora ao STJ, que manteve a decisão.

A ministra destacou que a inversão do ônus da prova está respaldada pelo Código de Defesa do Consumidor, aplicável ao caso mesmo sem relação direta de consumo,

pois os impactos da atividade da Braskem atingiram moradores que não são clientes da empresa. Também ressaltou que a decisão não deve impor um ônus impossível ou excessivamente difícil à mineradora, que possui capacidade técnica e financeira para apresentar provas.

Com a decisão, a Braskem terá que demonstrar que não é responsável pelos danos alegados e foi advertida contra o uso de recursos judiciais com o objetivo de atrasar o processo, sob risco de sofrer penalidades. A medida abre precedentes para que moradores em áreas limítrofes, antes excluídos das indenizações, possam buscar reparação judicial pelos danos provocados pela mineração predatória em Maceió.

NOVO PREFEITO?

Paulo Dantas mira 2028 e mantém compromisso com Renan Filho para sucessão ao governo

O governador Paulo Dantas (MDB) deve permanecer no cargo até o fim do mandato, em 31 de dezembro de 2026, como já prometido publicamente. Nos bastidores, aliados revelam que essa permanência está diretamente ligada ao projeto político de eleger o atual ministro dos Transportes e ex-governador Renan Filho (MDB) como seu sucessor. Caso Renan decida não disputar o Palácio República dos Palmares, Dantas poderá rever seus planos.

Enquanto isso, o atual governador segue firme na articulação política para fortalecer seu grupo. Em entrevistas recentes, afirmou que, após deixar o governo, pretende se dedicar a atividades privadas, mas sem abandonar a política. Ele já avisou que deve disputar novo cargo eletivo em 2028 — ou, no mais tardar, em 2030.

Com o título de eleitor transferido para Maceió desde 2024, o cenário mais provável é

que Paulo Dantas seja o nome do grupo para disputar a sucessão do prefeito JHC, caso este deixe o cargo em 2026 para concorrer a outro posto. Com isso, o atual vice-prefeito, Rodrigo Cunha (Podemos), assumiria o comando da capital e poderia buscar a reeleição.

O possível embate entre Dantas e Cunha em 2028 reeditaria a disputa de 2022, quando os dois se enfrentaram no segundo turno pelo governo de Alagoas. Na ocasião, Paulo

levou a melhor, inclusive com desempenho superior nos debates.

A disputa de 2028, no entanto, dependerá de fatores ainda indefinidos, como o futuro eleitoral de JHC e a decisão de Renan Filho. Por ora, o tabuleiro segue em montagem, mas os movimentos de Dantas indicam que a próxima jogada já está sendo cuidadosamente preparada.

RUMO À PRESIDÊNCIA

Renan Filho volta a ser cogitado como possível vice de Lula em 2026, aponta jornalista

O atual ministro dos Transportes e ex-governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), voltou a ser citado como um dos nomes cotados para compor a chapa de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2026. A informação foi divulgada pelo jornalista Cláudio

Humberto, do portal *Diário do Poder*.

Segundo a coluna, a possível indicação de Renan Filho para a vice-presidência integra uma articulação nacional que busca consolidar uma aliança formal entre o MDB e o PT para a próxima disputa presidencial. A presença de um nome emedebista na chapa é vista como estratégia para ampliar a base de apoio e reforçar a governabilidade em eventual novo mandato.

Apesar disso, dentro do MDB de Alagoas há outro projeto em curso. O senador Renan Calheiros, presidente

estadual da sigla e pai de Renan Filho, defende publicamente que o ministro retorne à política local como candidato ao governo do estado, cargo que já ocupou entre 2015 e 2022.

Além de Renan Filho, outros nomes do MDB estão no radar das articulações nacionais, como a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o governador do Pará, Helder Barbalho. Ambos também têm perfil moderado e experiência administrativa, o que os coloca como alternativas viáveis dentro do partido.

GOLPE À VISTA

Alagoas registra quase 39 mil tentativas de fraude no 1º trimestre de 2025 – com Jornal Rede Repórter

Estado	Tentativas de Fraude Evitadas	Frequência (minutos)	Participação Nacional (%)	Variação Anual (%)	Fraude Milhão Habitantes
AL	38.598	3,3	1,1%	23,5%	3.9
BA	184.083	0,7	5,3%	24,1%	4.1
CE	129.436	1,0	3,7%	24,8%	4.6
MA	69.142	1,8	2,0%	25,8%	3.2
PB	48.255	2,6	1,4%	23,9%	3.8
PE	120.077	1,0	3,5%	23,2%	4.1
PI	35.907	3,6	1,0%	24,7%	3.5
RN	50.861	2,5	1,5%	24,2%	4.9
SE	27.926	4,6	0,8%	23,9%	4.0

Fonte: Serasa Experian

Alagoas contabilizou 38.598 tentativas de fraude entre janeiro e março de 2025, de acordo com dados da Serasa Experian divulgados nesta terça-feira (24). O número integra o total de 704.285 ocorrências registradas em toda a região Nordeste no período, que teve um aumento de 24,2% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

Com essa marca, o Nordeste foi responsável por 20,3% das fraudes

tentadas no país, ficando atrás apenas da região Sudeste, que concentrou 47,2% dos casos. Em média, a região nordestina registrou uma tentativa de golpe a cada 2,3 minutos, com 4.070 ocorrências para cada milhão de habitantes.

No recorte por estados, a Bahia lidera com 184.083 tentativas de fraude, seguida por Ceará (129.436) e Pernambuco (120.077). Alagoas aparece entre os estados

intermediários, enquanto Sergipe teve o menor número de registros, com 27.926 ocorrências. Já o Rio Grande do Norte foi o mais afetado proporcionalmente, com 4.912 tentativas por milhão de habitantes.

O levantamento da Serasa Experian também revelou que o Maranhão teve o maior crescimento proporcional de fraudes na região, com aumento de 25,8% em relação ao mesmo período de 2024,

embora mantenha baixa densidade de casos por habitante.

Em âmbito nacional, foram 3.468.255 tentativas de fraude no primeiro trimestre, uma alta de 22,9% na comparação anual. O volume equivale a uma tentativa a cada 2,2 segundos, o que evidencia o avanço das fraudes digitais e reforça a necessidade de atenção redobrada por parte dos consumidores e empresas.

ASSEMBLEIA

Deputada Ângela Garrote Alerta: Atraso de R\$ 7,5 Milhões Compromete Hospital Santa Rita em Alagoas



Em um pronunciamento contundente nesta quinta-feira, 26, a deputada Ângela Garrote expôs a crítica situação do Hospital Santa Rita, em Palmeira dos Índios. Responsável por atender cerca de 300 mil pessoas na 8ª Região de Alagoas, o hospital enfrenta graves dificuldades devido ao atraso de repasses, afetando sua capacidade de operação e qualidade no atendimento. A deputada destacou a construção de uma nova unidade na cidade, mas alertou sobre o abandono do Santa Rita, que

há anos é referência regional.

Garrote sublinhou que não se opõe à construção de novos hospitais, desde que os repasses para os existentes sejam regularizados. Segundo ela, o Hospital Santa Rita acumula mais de R\$ 5 milhões em atrasos, o que tem comprometido cirurgias e outros procedimentos essenciais. Esse cenário agrava a situação de dezenas de municípios dependentes dos seus serviços.

A deputada ressaltou ainda que a maternidade do hospital também está prejudicada, com R\$ 2,5 milhões devidos, totalizando um déficit de mais de R\$ 7,5 milhões. Mesmo assim, a unidade continua a atender gestantes e pacientes com fraturas, cuja espera por cirurgias se estende indefinidamente. Profissionais como médicos, enfermeiros e

técnicos enfrentam a sobrecarga em meio à escassez de recursos.

Durante a sessão, Garrote fez um apelo urgente ao Governo do Estado para que regularize os repasses e cumpra com os compromissos de saúde pública, destacando a importância de não negligenciar o Santa Rita em função de novas obras. Ela pediu apoio dos colegas para redigir um ofício à Comissão de Saúde, clamando por uma solução.

O deputado Cabo Beбето reforçou a denúncia, criticando a situação precária da saúde em Alagoas, citando déficits em outras unidades de saúde como a UPA do Jaraguá, que também enfrenta problemas significativos. Segundo Beбето, o estado da saúde alagoana se assemelha a uma UTI sem recursos básicos, enfatizando a urgência de atenção por parte das autoridades.

RUSGAS

Indicação antecipada de Paulão ao Senado gera crise no PT de Alagoas antes da eleição interna

A menos de um mês da eleição interna que renovará a direção estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) em Alagoas, uma resolução assinada pela atual Executiva Estadual causou polêmica ao antecipar o nome do deputado federal Paulão como pré-candidato da sigla ao Senado em 2026. O documento, publicado no dia 10 de junho, também declara apoio à reeleição do presidente Lula e à manutenção da aliança com o governador Paulo Dantas (MDB).

A decisão foi criticada pelo candidato à presidência do

partido, Ronaldo Medeiros, da tendência Resistência Socialista. Ele classificou a resolução como precipitada e antidemocrática, afirmando que decisões estratégicas desse porte devem ser debatidas pelo novo diretório, que será eleito em 6 de julho, com participação da militância e de aliados. "Nosso partido tem uma história de construção coletiva. Não cabe a uma direção em fim de mandato definir candidaturas majoritárias", disse.

A indicação de Paulão é vista por setores do partido como uma tentativa da

corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), que comanda o PT alagoano há mais de 30 anos, de manter sua hegemonia interna. O deputado é aliado do atual presidente da legenda em Alagoas, Ricardo Barbosa, e lidera a CNB no estado.

Na resolução, a Executiva justifica a antecipação como uma resposta ao cenário político adverso em nível nacional, marcado por um Congresso dominado por forças conservadoras. O texto reforça a importância de fortalecer o campo progressista no Senado e

critica pautas defendidas por setores ligados ao mercado financeiro e ao agronegócio.

A disputa pela presidência do PT estadual está polarizada entre Ronaldo Medeiros e Dafne Orion, representante da CNB. O embate em torno do nome de Paulão evidencia o racha interno e projeta uma eleição com alto grau de tensão, em que estarão em jogo não apenas cargos de direção, mas os rumos da legenda no estado para 2026.

ELEIÇÕES

Davi Davino avalia trocar de partido para manter pré-candidatura ao Senado em 2026

O ex-deputado estadual Davi Davino Filho pode deixar o Republicanos para garantir sua pré-candidatura ao Senado em 2026. Apesar de ser tratado como principal nome do partido em Alagoas, a articulação em Brasília por uma federação nacional entre Republicanos e MDB ameaça sua posição e pode inviabilizar sua participação na disputa.

A possível federação transferiria o comando da legenda no estado para o grupo do senador Renan Calheiros (MDB), adversário político direto de Davino. A relação entre ambos é marcada por embates, especialmente após a eleição de 2022, quando Davino enfrentou Renan Filho na corrida pelo Senado com discurso de oposição à família Calheiros. Renan Calheiros minimizou o impasse, afirmando que a federação "não pensa em Davi Filho ou Antônio Albuquerque".

Em Alagoas, o Republicanos é comandado por Antônio Albuquerque, aliado de Davino, e tem se posicionado contra a união das duas siglas. Albuquerque afirmou que o tema sequer foi debatido no diretório estadual

e que qualquer decisão precisa de ampla avaliação. "Não antecipo, nem arredo o pé", disse o deputado estadual, em nota.

Nos bastidores, há receio de que a federação comprometa a autonomia das lideranças locais e fortaleça ainda mais o grupo político liderado por Renan no estado. Parte da bancada do Republicanos teme perder espaço e controle sobre as decisões estratégicas em Alagoas.

Caso a federação se concretize, Davi Davino deve buscar outra legenda para manter seu projeto eleitoral. A movimentação visa assegurar sua candidatura em 2026 e manter viva a oposição ao grupo hegemônico que domina a política alagoana há décadas.

SENADO

Calheiros propõe debate sobre políticas para minerais críticos e estratégicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado realiza nesta terça-feira (1º), a partir das 10h, duas audiências públicas sobre a formulação de políticas públicas voltadas aos minerais críticos e estratégicos no Brasil. A iniciativa partiu do presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), por meio do Requerimento 46/2025.

A primeira audiência terá como tema "Desenvolvimento

econômico e transição energética", enquanto a segunda discutirá os "Desafios legislativos e regulatórios". Para os debates, foram convidados representantes do governo, especialistas da área mineral e acadêmicos, com o objetivo de aprofundar o papel desses recursos no desenvolvimento nacional.

Renan destaca, no requerimento, a importância de minerais como lítio, cobalto, gálio e grafite natural — considerados

críticos — além do urânio, nióbio, tântalo, cobre e titânio — classificados como estratégicos. Esses materiais são essenciais para setores como tecnologia, energia, saúde, defesa e comunicações, e fundamentais para a transição energética global.

De acordo com o senador alagoano, em 2023 o setor mineral representou 4,3% do PIB brasileiro e respondeu por quase 20% das exportações do país. Ele ressalta que é urgente criar

um arcabouço legal e regulatório que traga segurança jurídica e estimule investimentos no setor.

Com os debates, a expectativa da CAE é contribuir para a elaboração de propostas legislativas que fortaleçam a atuação do Brasil no cenário global da mineração e assegurem a exploração sustentável e soberana desses recursos estratégicos.

CÂMARA

Rui Palmeira volta a cobrar da prefeitura a entrega dos apartamentos do Conjunto Santa Amélia

Durante a sessão desta quarta-feira (25) na Câmara Municipal de Maceió, o vereador Rui Palmeira (PSD) voltou a cobrar da Prefeitura de Maceió uma definição concreta sobre a entrega dos apartamentos do Conjunto Santa Amélia. Os imóveis estão prontos há mais de dois anos, mas seguem sem

previsão de entrega para as 1.180 famílias beneficiárias.

Após a cobrança e a visita ao conjunto realizadas pelo vereador, a Prefeitura divulgou uma nota informando que "anunciará em breve" a data do novo sorteio e da entrega das chaves, uma informação vaga e que não prioriza os maceioenses que serão beneficiados. Para Rui Palmeira, a resposta é insuficiente e desrespeitosa com a população que aguarda uma solução há tanto tempo.

As famílias beneficiadas acompanham com frustração e ansiedade a

indefinição do poder público municipal. Muitas delas vivem em situação de vulnerabilidade em áreas de risco e, especialmente nesse período das chuvas, contam com os apartamentos para conquistar uma moradia digna.

Enquanto a Prefeitura de Maceió não trata como prioridade a entrega dos apartamentos, o impasse segue penalizando centenas de famílias que continuam esperando pela realização de um sonho prometido, mas ainda não cumprido.

ASSEMBLEIA

Alagoas Debate Projeto que Promove Segurança e Inclusão em Comunidades Vulneráveis"

Durante a sessão ordinária desta quarta-feira, dia 25, a Assembleia Legislativa avaliou 28 projetos, incluindo o polêmico projeto de lei nº 1473/2025, proposto pelo Poder Executivo. Este projeto busca instituir a política pública "Corações da Paz", que foi discutido em primeiro turno pelos parlamentares.

Conforme anunciado pelo governador Paulo Dantas, "Corações da Paz" será coordenado pela Secretaria de

Estado de Prevenção à Violência. O principal objetivo deste programa é reunir diversas políticas públicas e programas que visam à prevenção social da violência, além de fomentar a inclusão social e criar novas oportunidades. O foco principal está na recuperação de áreas identificadas como "territórios de descoesão social". Este termo refere-se a regiões habitadas por comunidades vulneráveis, caracterizadas por baixa renda, pouca presença

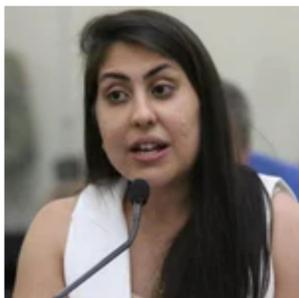
institucional e um alto nível de informalidade, frequentemente associadas a altos índices de violência e criminalidade.

O governador destacou a importância desta iniciativa, afirmando que ela é essencial para criar um ambiente em que a própria comunidade se sinta responsável por sua segurança e bem-estar. "Corações da Paz" visa mostrar que segurança não é somente uma obrigação policial, mas um esforço coletivo que inclui todos os

membros da sociedade. Além disso, busca fortalecer os laços sociais e o capital social entre os habitantes, permitindo enfrentar os desafios de segurança de maneira mais eficaz e sustentável.

A Assembleia Legislativa continua deliberando sobre este ponto, com promessas de debates acalorados e participação ativa dos parlamentares nos próximos ajustes antes da aprovação final.

ALAGOAS

Parlamento de Alagoas Aprova Lei para Registro de Violência Contra Crianças em Prontuários Médicos

No dia 11 de outubro, os parlamentares da Assembleia Legislativa de Alagoas aprovaram em segunda votação um projeto significativo voltado à proteção de crianças e adolescentes. A proposta, de autoria da deputada Gabi Gonçalves, do Progressistas, estabelece a obrigatoriedade de que profissionais de saúde registrem indícios de violência contra menores nos prontuários médicos da rede estadual.

O principal objetivo da nova legislação é garantir que, durante o atendimento, qualquer sinal ou suspeita de

violência sofrida por crianças e adolescentes seja devidamente documentado. Essa iniciativa busca não apenas auxiliar no tratamento psicológico das vítimas, mas também assegurar que as autoridades policiais sejam informadas rapidamente, contribuindo para a prevenção de casos futuros e para a elaboração de estatísticas mais precisas sobre o problema.

Uma das diretrizes do projeto determina que os registros devem ser encaminhados à polícia dentro de 48 horas após a identificação pelo médico responsável. Essa medida é crucial para romper o ciclo de violência, que muitas vezes permanece oculto devido ao medo das vítimas de denunciarem seus agressores. A deputada Gonçalves enfatizou a importância da proposta, afirmando que seu propósito é prevenir, identificar e punir os autores de crimes contra a juventude, ao mesmo tempo em que oferece amparo às vítimas. Ela destacou que a

lei não representa um ônus significativo para os cofres públicos, mas seus benefícios sociais são imensuráveis, já que a maioria das agressões não é comunicada, mantendo os agressores impunes.

Além da aprovação do projeto de lei nº 522/2023, a Assembleia também discutiu outras matérias relevantes. Entre elas, um projeto que cria a comenda Napoleão Barbosa, propondo honrar empreendedores de destaque em Alagoas, e outro que institui uma semana dedicada à saúde mental e neurodivergência da criança e do adolescente.

Essas iniciativas demonstram um compromisso contínuo dos parlamentares com a proteção e promoção dos Direitos Humanos, destacando a relevância de uma legislação eficaz no tratamento de casos de violência e a importância de reconhecimento a empresários que contribuem significativamente para o desenvolvimento local.

SEGURANÇA

Vereador Delegado Thiago Prado Se Consolida Como Principal Defensor da Segurança Pública em Maceió Com Iniciativas Inovadoras e Projetos de Lei Impactantes



Nos primeiros seis meses de seu mandato, o vereador Delegado Thiago Prado tem se consolidado como uma das principais vozes em defesa da segurança pública na Câmara Municipal de Maceió. Desde a sua posse, sua atuação tem sido guiada por um forte compromisso com a ordem, o combate à violência e a implementação de políticas públicas que visem o fortalecimento da segurança na capital alagoana.

Em suas próprias palavras, o vereador expressou: "Nossos primeiros seis meses foram de muito trabalho em prol da segurança dos maceioenses. Precisamos reverter o atual cenário e investir em políticas públicas eficazes para construir uma estrutura mais adequada no enfrentamento à violência. Essa é a minha missão: trabalhar todos os dias para garantir

que nossa capital tenha mais ordem e tranquilidade". Essas declarações refletem sua determinação em endereçar os desafios que a cidade enfrenta em relação à segurança.

Uma das ações mais significativas de sua atuação foi a criação da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal, uma proposta de resolução que busca fortalecer, acompanhar e fiscalizar as políticas de segurança no âmbito municipal. A comissão não apenas monitora índices de criminalidade em colaboração com órgãos estaduais e municipais, mas também promove debates e audiências públicas, promovendo uma maior participação da sociedade nas questões de segurança.

Outra importante iniciativa foi a aprovação da Lei Anti-Oruam, que aguarda a sanção do prefeito. Esta

legislação visa proibir o financiamento, com recursos públicos, de eventos que glorifiquem o crime, evidenciando um compromisso em promover uma cultura de paz na sociedade.

Além disso, Thiago Prado tem se engajado ativamente no combate ao tráfico de drogas, especialmente em áreas vulneráveis que têm se tornado pontos críticos na cidade, como a Praça Sinimbu e as regiões de Pajuçara e Ponta Verde. Para isso, ele protocolou diversos projetos de lei voltados ao bem-estar da população, incluindo solicitações para instalação de totens de videomonitoramento e melhorias na iluminação urbana.

Por outro lado, seu trabalho não se limita à segurança. O vereador também tem se posicionado firme na defesa dos direitos das mulheres, denunciando a violência de gênero e a fragilidade das

legislações vigentes. Um de seus projetos estabelece sanções administrativas para casos de violência contra a mulher e importunação sexual, prevendo multas que podem variar significativamente de acordo com a gravidade dos atos e a condição econômica do infrator. Essa proposta inclui ainda medidas restritivas, como a proibição de agressores de ocuparem cargos públicos ou participarem de programas sociais.

Neste primeiro semestre, Thiago Prado tem mostrado que sua atuação na Câmara Municipal vai além de promessas; suas iniciativas refletem um verdadeiro empenho em transformar a realidade do município, buscando oferecer mais segurança e dignidade a todos os maceioenses.

POLÍCIA

Polícia intensifica ações e recupera mais de 25 veículos roubados em três meses em Alagoas



Nos últimos três meses, a Polícia Civil de Alagoas (PCAL) intensificou seus esforços no combate a crimes relacionados a veículos, obtendo resultados significativos. A Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), sob a liderança do delegado José, desempenhou um papel crucial ao recuperar mais de 25 automóveis que haviam sido roubados ou furtados.

As operações ocorreram tanto na capital quanto no interior do estado.

Um exemplo recente dessa atuação eficaz aconteceu nesta sexta-feira (21), quando um homem foi preso no bairro do Jacintinho. Ele estava em posse de um carro de locadora com queixa de furto. De acordo com o delegado, a recuperação do veículo se deu após uma investigação meticulosa sobre um carro com queixa em São Paulo. A equipe conseguiu localizar e prender o suspeito, que havia removido o rastreador do automóvel, caracterizando furto mediante fraude.

As ações bem-sucedidas da DRFV são atribuídas à dedicação implacável da equipe da Polícia Civil, assim como à colaboração com

outras forças de segurança, como o BPTan da Polícia Militar e a PRF. "Nossa equipe não para e cada denúncia é amplamente investigada. A parceria com outras instituições é fundamental no combate a esses crimes em Alagoas", destacou o delegado Wladney.

Além do compromisso policial, o delegado enfatizou a importância do apoio da população. Ele encorajou a comunidade a utilizar o número 181 para reportar informações, garantindo sigilo absoluto para quem colabora. Com essa abordagem colaborativa, o delegado acredita que os benefícios serão sentidos por toda a sociedade alagoana, reforçando a segurança no estado.

AJUDA

Campanha arrecada fundos para a Casa Tuca, que oferece suporte e atividades gratuitas a pessoas em situação de vulnerabilidade em Maceió



Em uma iniciativa notável, a Casa Tuca, localizada no coração do Vergel do Lago, em Maceió, lançou uma campanha de financiamento coletivo por meio da plataforma Apoia.se. O objetivo é arrecadar R\$ 47 mil mensais, quantia necessária para garantir a continuidade de suas atividades, que se dedicam a ajudar o próximo, especialmente aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade.

A Casa Tuca é uma instituição privada sem fins lucrativos, que teve

sua origem a partir de um desejo sincero de um menino de apenas seis anos, Arthur Omena. Durante um tratamento contra o câncer, Arthur compartilhou visões de esperança e de solidariedade, pedindo que as pessoas olhassem para os menos favorecidos. Em 2021, após a sua partida, a família decidiu transformar sua mensagem em ação, fundando a Associação Beneficente Casa Tuca, que se tornou um ponte de carinho e suporte para muitos.

Com um custo fixo elevado, a instituição depende de doações para se manter, pois os recursos são destinados à manutenção da estrutura física, ao pagamento de profissionais e à compra de insumos que são utilizados nas refeições oferecidas

diariamente a pessoas em situação de rua. O compromisso da Casa não se limita à alimentação; ela também oferece atendimento médico, esportes, educação e capacitação, promovendo um verdadeiro espaço de acolhimento e transformação.

Aqueles que desejarem contribuir para esta causa podem acessar o link disponibilizado na campanha e optar por diferentes modalidades de doação a partir de R\$ 35,00. Como forma de reconhecimento, os doadores têm a oportunidade de ter seus nomes ou marcas divulgados nas redes sociais da Casa, reforçando a importância da solidariedade coletiva.

Além de uma estrutura que apoia a saúde e bem-estar, a Casa Tuca se envolve ativamente com a

comunidade, realizando ações em diversos pontos de Maceió. A missão da instituição vai além de oferecer abrigo, sendo um reflexo do desejo de um menino que, mesmo em sua breve vida, buscou fazer a diferença ao disseminar amor e esperança.

As atividades e o impacto transformador da Casa Tuca podem ser acompanhados através do Instagram, onde são compartilhadas histórias de superação e união em prol de um futuro melhor. Em tempos desafiadores, iniciativas como a da Casa Tuca reafirmam que, quando unimos forças, podemos transformar realidades e oferecer um caminho de esperança a muitos.

MACEIÓ

Sustentabilidade e Inclusão Marcam Festa Junina em Maceió



Durante as festividades do São João Massayó, a Prefeitura de Maceió, por meio de sua Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana (Alurb), lançou a campanha "Coleta Seletiva é Massa". Essa iniciativa integra esforços em prol da sustentabilidade, inclusão social e reconhecimento do trabalho vital das cooperativas e dos catadores autônomos.

Cooperativas parceiras trabalharam arduamente na coleta de materiais recicláveis,

vidro, papelão e embalagens, assegurando que o ambiente permanecesse limpo, organizado e seguro para todos. Edneide Alves, presidente da CoopMundaú e catadora desde a infância, compartilhou as dificuldades enfrentadas pelos catadores, principalmente a falta de reconhecimento pela importância de seu trabalho. No entanto, ela destacou a crescente colaboração do público, especialmente nos camarotes do evento, onde muitos já separam recicláveis especificamente para entregar aos catadores.

Edneide expressou satisfação com a oportunidade concedida aos recicladores autônomos durante o São João Massayó e celebrou o sucesso das atividades realizadas. Os catadores desempenharam um papel fundamental na economia circular durante o festival, promovendo a geração de renda e conquistando visibilidade e respeito merecido.

Com o apoio da Alurb, a limpeza urbana foi intensificada, contando com equipes de garis, caminhões-pipa e compactadores para assegurar que o local estivesse sempre preparado para as próximas apresentações. Kedyna Tavares, Diretora-Executiva de Operações da Alurb, enfatizou a importância da limpeza contínua para garantir conforto e segurança aos participantes, além de reconhecer o trabalho essencial dos catadores, tanto cooperativados quanto autônomos.

Esse esforço foi um exemplo notável de como a coleta seletiva e a sustentabilidade podem ser integradas com sucesso em grandes eventos, promovendo inclusão social e consciência ambiental. As iniciativas serão levadas também ao Polo Benedito Bentes, ampliando ainda mais o alcance desse importante trabalho.

ALAGOAS

Câmara de Rio Largo Aprova Projetos Cruciais para Educação, Cultura e Assistência Social em Sessão Deliberativa da Semana passada

Na última quinta-feira, 26 de outubro, a Câmara Municipal de Rio Largo promoveu uma Sessão Deliberativa Ordinária que se destacou pela discussão e votação de projetos significativos para o desenvolvimento social e econômico do município. O evento, que contou com a presença de vereadores e representantes da sociedade civil, foi um espaço de deliberação sobre iniciativas que visam aprimorar a educação, a cultura, a assistência social e o desenvolvimento econômico da região.

Durante a sessão, os vereadores aprovaram em segunda votação uma série de projetos fundamentais. Destacam-se as propostas que autorizam a implementação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA), uma iniciativa

que busca assegurar a destinação de recursos para ações voltadas ao público infantil e juvenil. Além disso, foi aprovada a climatização das salas de aula e dos espaços administrativos nas escolas municipais, um passo crucial para proporcionar ambientes mais confortáveis e adequados ao aprendizado.

Outra medida de relevância social foi a criação da Patrulha da Pessoa Idosa, que pretende oferecer segurança e assistência a essa parcela da população. Também foi aprovado um inovador programa de apoio à amamentação, prevendo a disponibilização de consultoria domiciliar para mães.

Na primeira votação, os vereadores encaminharam diversas propostas que visam beneficiar a

comunidade. Entre elas, a distribuição de cestas básicas para os servidores da limpeza urbana, uma medida que reconhece o trabalho essencial desses profissionais. Adicionalmente, foi discutida a criação de Zonas de Interesse Econômico e Comercial (ZIECs), que visa estimular o desenvolvimento econômico de áreas mais afastadas. A própria "Lei Mestre Zinho" também foi mencionada, a qual destina 10% dos recursos da cultura a eventos voltados à música popular, fomentando a valorização da cultura local.

A sessão foi marcada pela leitura de projetos importantes, como a doação de um imóvel ao estado para a construção do CEU da Cultura, e a proposta de criação do REFIS

municipal, programado para o segundo semestre de 2025. Propostas institucionais como o programa "Educando a Mente", gratificações no âmbito da Câmara e a iniciativa de atribuir nomes de servidores da educação às escolas municipais foram também apresentadas.

As indicações dos vereadores para melhorias em várias áreas do município, somadas às aprovações, reafirmaram o compromisso da Câmara Municipal de Rio Largo em promover políticas que realmente impactem positivamente a vida da população. A sessão transcendeu de forma tranquila, indicando uma disposição dos representantes em trabalhar juntos por um futuro melhor para a cidade.

PROJETO

Projeto de Lei em Alagoas Protege Direitos de Viúvas de Permissionários do Transporte Rodoviário

O deputado Silvio Camelo apresentou um parecer favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 507/2023, um marco importante para as viúvas dos permissionários do transporte intermunicipal em Alagoas. A iniciativa, proposta pelo deputado Ronaldo Medeiros, visa garantir que a titularidade e a permissão dos contratos com a Arsal sejam transferidas para os cônjuges

ou filhos dependentes, em caso de falecimento do titular.

Camelo destacou a importância da medida no âmbito da Comissão de Administração, Relação do Trabalho, Assuntos Municipais e Defesa do Consumidor e Contribuinte da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Ele ressaltou que essa proposta oferece segurança jurídica e proteção social, sendo fundamental para a continuidade e eficiência dos serviços de transporte essenciais para a mobilidade regional e o desenvolvimento econômico.

O projeto contempla a transferência automática de direitos, desde que cumpridos os critérios documentais, reduzindo assim a burocracia e os custos judiciais. Segundo Camelo, esses procedimentos não apenas aceleram a gestão

pública, mas também minimizam riscos de fraudes, assegurando transparência ao processo.

Esta medida, aprovada na reunião da Sala das Comissões da Assembleia Legislativa em 3 de junho de 2025, busca evitar a descontinuidade de um serviço vital para a população. Além disso, reflete sensibilidade social ao reconhecer o transporte intermunicipal como um serviço essencial, promotor da integração regional e do bem-estar coletivo.

Com a recomendação de aprovação, a proposta segue agora para as próximas etapas do processo legislativo. A expectativa é que a implementação desse projeto traga mais estabilidade às famílias afetadas, reforçando o compromisso do estado com a melhoria contínua dos serviços públicos.

REDE REPÓRTER

TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS
SOBRE POLÍTICA,
SAÚDE, FUTEBOL,
VARIEDADES.**



DÁ UM CLICK!



www.redereporter.com.br